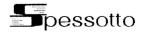
STJ00104827

Vanderlei De Freitas Nascimento Junior

SOLUÇÃO ONLINE DE CONFLITOS

Online Dispute Resolution e sua recepção pelo Novo Código de Processo Civil





1ª EDIÇÃO - 2017

Todos os direitos reservados

Editor: Ricardo Zanetta Spessotto

Capa: Matheus Miliani – Agência Enjob

Conselho Editorial: Bento Barbosa Cintra Neto, Caio Henrique Lopes Ramiro, Claudio José Amaral Bahia, Cláudia Fernanda de Aguiar Pereira, Fábio Alexandre Coelho, Flávio Luís de Oliveira, José Roberto Anselmo, Luiz Henrique Martim Herrera, Marcos César Botelho, Moacyr Caram Júnior, Paulo Henrique Silva Godoy, Renato Bernardi, Silvio Carlos Álvares, Thiago de Mello Azevedo Guilherme e Vinicius Roberto Prioli de Souza.

N244 Nascimento Júnior, Vanderlei de Freitas Solução online de conflitos / Vanderlei de Freitas Nascimento Júnior. — - Bauru, SP: Spessotto, 2017.

188 p.

Bibliografia. ISBN 978-85-5973-024-1

1. Relações Humanas – Estado Democrático de Direito 2. Inclusão Digital 3. Acesso à Justiça – Governo Eletrônico 4. Poder Judiciário – Tecnologia e Direito 5. Sociedade da Informação – Prática Forense I. Título.

CDD 343.0999

Livraria e Editora Spessotto - CNPJ 03.503.112/0001-53
Rua Araújo Leite, 25-72 – Santa Tereza
Bauru/SP – CEP 17012-055 - Fone: (14) 3208-4818
www.livrariaspessotto.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO5
INTRODUÇÃO7
CAPÍTULO 1 - O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E AS RELAÇÕES SOCIAIS11
1.1. Sobre democracia, cidadania e inclusão social
1.2. A universalização dos direitos humanos e as garantias para uma vida digna38
CAPÍTULO 2 - A IMPRESCINDIBILIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL PARA A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
2.1.1. O acesso à informação e à participação política dos cidadãos a partir da utilização da internet
2.2. O Marco Civil da internet e seus respectivos meios de proteção aos direitos à liberdade de informação, à privacidade, à intimidade e aos direitos de consumo
2.2.1. A proteção do consumidor no âmbito da internet 63
2.3. Os principais desafios da inclusão digital na construção de uma sociedade informacional
CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS CONCILIATI- VAS A PARTIR DA RELEITURA DO PRINCÍPIO CONSTITU- CIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA73
3.1. O processo judicial e sua efetividade frente a uma

4 Colução Chille de Collines - Valuetiei de l'Ielas Nascillente di.
3.2. As práticas conciliativas enquanto exercício de cidadania83
3.2.1. A contribuição da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e das legislações específicas para a desjudicialização dos conflitos92
3.2.1.1. Conciliadores e Mediadores enquanto auxiliares da Justiça
tos – CEJUSCs99
3.2.1.3. A promulgação da Lei nº 13.140/2015 como Marco Legal da Mediação
CAPÍTULO 4 - O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A REGULAMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS ONLINE DE SO- LUÇÃO DE CONFLITOS105
4.1. Principais alterações na sistemática processual brasileira trazidas pela Lei Nº 13.105/2015106
4.1.1. O processo digital no âmbito do Novo Código de Processo Civil
4.2. O surgimento dos métodos de resolução de conflitos ern ambiente virtual (<i>ODR - ONLINE DISPUTE RESOLUTION</i>)121
4.2.1. As principais modalidades de resolução virtual de conflitos
4.2.2. Vantagens e desvantagens das práticas ODR 145
4.3. A consolidação das práticas conciliativas virtuais no poder judiciário brasileiro após o advento da Lei nº 13.105/2015 152
CONSIDERAÇÕES FINAIS161
REFERÊNCIAS166
LISTA DE ABREVIATURAS185